



doi: <http://dx.doi.org/10.7213/10.7213/psicolargum.42.119.AO07>

Caracterização da violência sexual contra crianças e adolescentes no município de Vitória/ES

Characterization of sexual violence against children and adolescents in the municipality of Vitória/ES

Gabrielly Becalli Broseguini
Universidade Federal do Espírito Santo
<https://orcid.org/0000-0002-2812-7463>
gabriellybeccalli@gmail.com

Alexandra Iglesias
Universidade Federal do Espírito Santo
<https://orcid.org/0000-0001-7188-9650>

Alexsandro Luiz de Andrade
Universidade Federal do Espírito Santo
<https://orcid.org/0000-0003-4953-0363>

Agradecimentos: Às crianças e aos adolescentes que escutei em minha trajetória profissional. Às Marias da minha vida, minha filha e minha mãe. Ao meu amor e maior incentivador. À paciência da minha orientadora.

Resumo

Introdução: a violência sexual contra crianças e adolescentes é um grave problema de saúde pública, cujas consequências negativas podem ser severas, diversas e complexas. O objetivo deste estudo foi caracterizar as situações de violência sexual contra crianças e adolescentes, no município de Vitória/ES, no período de 2018 a 2021. **Materiais e métodos:** esta pesquisa teve caráter descritivo, utilizando-se das informações oficiais provenientes das “Fichas de Notificações Individuais de Violência interpessoal/autoprovocada”. Os dados foram analisados via procedimentos descritivos. **Resultados:** o perfil predominante de vítimas foi de meninas pardas sem deficiência/transtorno. Houve uma queda geral de 13% nas notificações no contexto pandêmico. As características predominantes dos prováveis autores foi de homens adultos, sendo próximos e/ou conhecidos das vítimas. A recorrência do fato violento foi notória, além disso, verificou-se a residência como o local prevalente do evento abusivo. Acerca dos encaminhamentos realizados, a rede de saúde foi destaque. **Discussão:** foram confirmadas características comuns de casos de violência sexual na infância e adolescência, como a predominância de vítimas do sexo feminino e de cor parda, e agressores geralmente homens com vínculo com as vítimas. **Conclusão:** destacou-se o padrão recorrente de violência sexual em ambientes domésticos, evidenciando sua natureza crônica.

Palavras-chaves: Violência sexual; Criança; Adolescente; Pandemia; Abuso sexual na infância.

Abstract

Introduction: Sexual violence against children and adolescents is a serious public health issue, with negative consequences that can be severe, diverse, and complex. The objective of this study was to characterize cases of sexual violence against children and adolescents in the city of Vitória/ES, from 2018 to 2021. **Materials and Methods:** This research was descriptive in nature, utilizing official information from the "Individual Notification Sheets of Interpersonal/Self-inflicted Violence." Data were analyzed using descriptive procedures. **Results:** The primary profile of victims was brown girls without disabilities or disorders. There was a general drop of 13% in notifications during the pandemic. The predominant characteristics of the likely perpetrators were adult men, who were close to and/or known by the victims. The recurrence of violent events was notable. Additionally, the home was found to be the prevalent location of the abusive events. Regarding the referrals made, the health network was highlighted. **Discussion:** Common characteristics of cases of sexual violence in childhood and adolescence were confirmed, such as the predominance of female and mixed-race victims, and aggressors who were generally men with ties to the victims. **Conclusion:** The recurrent pattern of sexual violence in domestic environments stood out, highlighting its chronic nature.

Keywords: Sexual violence; Child; Adolescent; Pandemic; Sexual abuse in childhood.

Resumen

Introducción: La violencia sexual contra niños y adolescentes es un grave problema de salud pública, cuyas consecuencias pueden ser graves, diversas y complejas. El objetivo de este estudio fue caracterizar las situaciones de violencia sexual contra niños y adolescentes en la ciudad de Vitória/ES, entre 2018 y 2021. **Materiales y Métodos:** Esta investigación tuvo carácter descriptivo, utilizando información oficial proveniente de las "Hojas de Notificación Individual de Violencia Interpersonal/Autoprovocada." Los datos fueron analizados mediante procedimientos descriptivos. **Resultados:** El perfil predominante de las víctimas fue de niñas mestizas sin discapacidad ni trastorno. Hubo una caída general del 13% en las notificaciones en el contexto pandémico. Las características predominantes de los probables autores fueron hombres adultos, siendo cercanos y/o conocidos de las víctimas. La recurrencia del evento

*violento fue notable. Además, se verificó que la residencia fue el lugar prevalente del evento abusivo. En cuanto a las derivaciones realizadas, se destacó la red de salud. **Discusión:** Se confirmaron características comunes de los casos de violencia sexual en la infancia y adolescencia, como la predominancia de víctimas del sexo femenino y de color mestizo, y agresores generalmente hombres con vínculos con las víctimas. **Conclusión:** Se destacó el patrón recurrente de violencia sexual en ambientes domésticos, evidenciando su naturaleza crónica. **Palabras clave:** Violencia sexual; Niño; Adolescente; Pandemia; Abuso sexual en la infancia.*

Introdução

De acordo com Habigzang et al (2008), a violência sexual envolvendo crianças e adolescentes é considerada um grave problema de saúde pública e engloba qualquer contato ou interação em que a vítima seja usada para estimulação sexual do agressor. A interação sexual pode incluir toques, carícias, sexo oral ou relações com penetração (digital, genital ou anal), ou mesmo situações em que sequer há contato físico, tais como voyerismo, exposição a imagens ou eventos sexuais, pornografia e exibicionismo (Habigzang et al., 2008).

Relativamente à definição legal, a lei 13.431/2017 estabeleceu o sistema de garantia de direitos da criança e do adolescente vítima ou testemunha de violência. No artigo Art. 4º de tal legislação, outra definição de violência sexual é apresentada: “qualquer conduta que constranja a criança ou o adolescente, tanto a praticar, como a presenciar, conjunção carnal ou qualquer outro ato libidinoso, incluindo exposição do corpo em foto ou vídeo por meio eletrônico ou não” (Brasil, 2017).

No que se refere a possíveis consequências decorrentes da vivência de uma violência sexual, não há um conjunto específico de sintomas nem um indicador único que possa, incontestavelmente, caracterizar uma experiência pregressa de vitimização sexual. No entanto, as consequências desse tipo de violência podem ser extremamente graves e frequentemente se manifestam de várias maneiras (Rovinski & Pelisoli, 2019). Mesmo que algumas crianças e adolescentes possam não apresentar sinais ou sintomas, a vivência da violência sexual é um fator de risco significativo que pode resultar em impactos negativos severos em muitos casos (Rovinski & Pelisoli, 2019).

Conforme Habigzang et al (2008), alterações comportamentais, cognitivas e emocionais são consequências possíveis para crianças e adolescentes vítimas de violência sexual. Entre as alterações comportamentais destacam-se: conduta hipersexualizada, abuso de substâncias, fugas do lar, furtos, isolamento social, agressividade, mudanças nos padrões de sono e alimentação, comportamentos autodestrutivos, tais como se machucar e tentativas de suicídio. As alterações cognitivas podem incluir: baixa concentração e atenção, dissociação, refúgio na fantasia, baixo rendimento escolar e crenças distorcidas, tais como percepção de que é culpada pelo abuso, diferença em relação aos pares, desconfiança e percepção de inferioridade e inadequação. As alterações emocionais se referem a sentimentos como medo, vergonha, culpa, ansiedade, tristeza, raiva e irritabilidade (Habigzang et al., 2008).

Em se tratando de possíveis impactos da pandemia de Covid-19 nos casos de crianças e adolescentes vitimizados sexualmente, é notório evidenciar que a Covid-19 é uma infecção respiratória aguda causada pelo coronavírus SARS-CoV-2, de elevada transmissibilidade. Os primeiros relatos de casos de SARS-CoV-2 surgiram no fim do ano de 2019, na cidade de Wuhan, na China. Em março de 2020, o vírus já havia se disseminado globalmente, levando a Organização Mundial de Saúde (OMS) a declarar a pandemia. Como forma de contenção da disseminação do vírus, principalmente antes do surgimento das primeiras vacinas, medidas de distanciamento social foram adotadas em todo o mundo. Assim, crianças e adolescentes tiveram suas rotinas interrompidas abruptamente, impossibilitadas de frequentarem as escolas, bem como outros espaços de convívio fora do ambiente doméstico e familiar (Miranda et al., 2022).

Resultados de pesquisas demonstraram uma redução no registro e na notificação formal nos casos de violência sexual infantojuvenil na pandemia, contudo não necessariamente uma redução efetiva das ocorrências de situações de violência contra crianças e adolescentes (Levandowski et al, 2021). Dessa maneira, a realidade pandêmica parece ter agravado o problema das subnotificações, caracterizado quando casos de violência contra crianças e adolescentes acontecem, mas não chegam ao conhecimento dos órgãos responsáveis (Platt et al., 2020).

Destaca-se que as potenciais repercussões na vida das crianças e adolescentes que vivenciaram, ou ainda estão em situação de violência sexual, reforçam a importância do estudo de tal temática, inclusive para a construção de políticas públicas mais condizentes com as realidades vividas por essas pessoas. Analisar essa questão no contexto da pandemia é especialmente relevante, pois a crise sanitária intensificou as vulnerabilidades e dificultou a detecção e intervenção nos casos de violência.

Objetivos

Nessa conjectura, o objetivo deste estudo foi caracterizar os casos notificados de violência sexual contra crianças e adolescentes, no município de Vitória/ES, no período de 2018 a 2021. Para isso, foram apresentadas as características das crianças e adolescentes em situação de vitimização sexual, bem como foram evidenciados os aspectos das ocorrências de violência sexual envolvendo crianças e adolescentes. Além disso, foi traçado o perfil dos prováveis autores, além de serem comparadas as notificações dos casos de violência sexual contra crianças e adolescentes no período anterior à pandemia de COVID-19 e no momento pandêmico.

Método

Delieamento e fonte de dados: Esta pesquisa é caracterizada como um estudo de caráter transversal e objetivou uma análise quantitativa dos dados levantados. A partir da abordagem descritiva proposta, foi utilizada fonte documental, mais especificamente dados oficiais tabelados provenientes das “Fichas de Notificações Individuais de Violência interpessoal/autoprovocada” (NUPREVI, 2022).

O Ministério da Saúde emitiu, em 2011, a Portaria nº 104, estabelecendo que as notificações de violência doméstica, sexual e outras violências tornaram-se compulsórias para todos os serviços de saúde, públicos ou privados, do país (Brasil, 2011). Somado a isso, a lei estadual nº 11.147, de 07/07/2020, definiu a obrigatoriedade de notificação compulsória dos eventos de violência de interesse do Sistema Único de Saúde (SUS) à autoridade sanitária estadual, por todos os profissionais dos serviços de saúde, bem como pelas instituições de ensino e assistência social, de caráter público, privado ou

filantrópico, em todo o território do estado do Espírito Santo.

Aspectos éticos e acesso aos dados: Por questões de acesso às “Fichas de Notificações Individuais de Violência interpessoal/autoprovocada”, o referido projeto foi submetido, avaliado e aprovado pelo Comitê de Ética em pesquisa da Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes), pelo número do parecer 5.836.308. Na sequência, foi aberto processo, via protocolo da Prefeitura Municipal de Vitória, solicitando acesso aos dados. Em seguida, via e-mail enviado por profissional da Prefeitura Municipal de Vitória, foi encaminhada para a pesquisadora a carta de apresentação, bem como os dados oriundos das fichas de Notificação de Violência Interpessoal/Autoprovocada, disponibilizados pelo Núcleo de Prevenção da Violência e Promoção da Saúde (NUPREVI), em formato de planilha/tabela.

Procedimentos de tratamento e análise de dados: Foram considerados os casos notificados de 2018 a 2021 como suspeitos ou confirmados envolvendo crianças e adolescentes em situação de violência sexual, residentes no município de Vitória/ES. Esta pesquisa teve como base as definições do Ministério da Saúde (MS), assim, foram consideradas crianças as pessoas na faixa etária de 0 a 9 anos; já os adolescentes, as pessoas com idade compreendida entre 10 e 19 anos (UNA-SUS/UFSC, 2013).

Nesta pesquisa, foram considerados os seguintes dados da ficha: sexo da vítima (feminino; masculino; ignorado), raça/cor da vítima (branca; preta; amarela; parda; indígena; ignorado), presença de deficiência/transtorno na vítima (sim; não; ignorado), tipo de violência sexual (estupro; assédio sexual; pornografia infantil; exploração sexual; outras), local da ocorrência (residência; escola; via pública; habitação coletiva; local de prática esportiva; bar ou similar; comércio/serviços; indústrias/construção; outros; ignorado), se ocorreu outras vezes (sim; não; ignorado), meio de agressão (força corporal/espancamento; enforcamento; objeto contundente; objeto perfuro-cortante; substância/objeto quente; envenenamento/intoxicação; arma de fogo; ameaça e outro), encaminhamentos (Rede da Saúde, Rede da Assistência Social, Rede da Educação, Rede de Atendimento à mulher, Conselho Tutelar, Centro de Referência dos Direitos Humanos, Ministério Público, Delegacia Especializada de Proteção à Criança e Adolescente, Delegacia de Atendimento à Mulher, outras delegacias, Justiça da Infância e da Juventude, Defensoria Pública), sexo do autor da agressão (masculino; feminino; ambos os sexos; ignorado), vínculo com a vítima (pai, mãe, padrasto, madrasta, cônjuge, ex-

cônjuge, namorado(a), ex-namorado(a), filho(a), irmão(a), amigos/conhecidos, desconhecidos(a), cuidador(a), patrão/chefe, pessoa com relação institucional, policial/agente da lei, outros), suspeita de uso de álcool pelo autor da agressão (sim; não; ignorado), ciclo de vida do provável autor da violência (criança; adolescente; jovem; pessoa adulta; pessoa idosa; ignorado).

Os dados foram organizados em dois momentos: a) janeiro de 2018 até dezembro de 2019 (pré-pandemia) e b) janeiro de 2020 até dezembro de 2021 (contexto pandêmico). Foram analisadas informações dos perfis dos casos suspeitos ou confirmados envolvendo crianças e adolescentes em situação de violência sexual, via procedimentos de frequência. Os dados foram organizados em planilha de dados e, posteriormente, exportados para o programa Jasp (2024), software utilizado para suporte na análise de dados. Realizou-se análise frequencial e descritiva por meio de distribuição de frequências absolutas e relativas, com vistas à caracterização dos casos de violência sexual, além de análises sequentes de perfil, conforme objetivos geral e específicos do estudo.

Resultados

Os resultados que seguem foram sistematizados nas seguintes categorias: 1. Características das crianças e dos adolescentes em situação de vitimização sexual; 2. Perfil dos prováveis autores dos casos de violência sexual envolvendo crianças e adolescentes; 3. Aspectos das ocorrências de violência sexual envolvendo crianças e adolescentes.

Características das crianças e dos adolescentes em situação de vitimização sexual

A Tabela 1 mostra informações sobre dados de faixa etária e de presença de deficiência/transtorno, divididos entre o período pré-pandemia (2018- 2019) e pandemia (2020-2021).

Tabela 1*Dados de faixa etária e presença ou ausência de deficiência/transtorno.*

Momento	Faixa etária		Total
	0-9	10-19	
Pré-pandemia (2018-2019)	188	234	422
Pandemia (2020-2021)	107	259	366
Total (2018-2021)	295	493	788

Possui algum tipo de deficiência/transtorno	Frequência Pré-pandemia	%
Sim	66	15.6
Não	350	83

Pandemia		
Sim	78	21.3
Não	282	77

Nos quatro anos considerados nesta pesquisa (2018-2021), os resultados apontaram um total de 788 casos de violência sexual contra crianças e adolescentes no município de Vitória/ES, uma média de 197 casos notificados por ano e de 16,4 casos por mês. Após comparação entre os momentos antes da pandemia (2018-2019) e durante a pandemia de COVID-19 (2020-2021), constatou-se uma queda de 13% nas notificações no contexto pandêmico.

Observou-se também que a notificação foi reduzida especialmente na faixa etária de 0-9 anos (queda de 43%). Por sua vez, a notificação na faixa etária de 10-19 anos aumentou 11%. Em relação à presença ou ausência de deficiência/transtorno, o número de vítimas sem deficiência/transtorno antes da pandemia foi de 350 (83%) e de 282 (77%) no decorrer da pandemia.

A Tabela 2 apresenta dados referentes ao sexo e à cor da pele, à raça ou à etnia declarada pela pessoa atendida/vítima, divididos entre o período pré-pandemia (2018-

2019) e pandemia (2020-2021).

Tabela 2

Dados de sexo e raça/cor das vítimas.

Momento	Sexo	
	Masculino	Feminino
Pré-Pandemia (2018-2019)	72	350
Pandemia (2020-2021)	42	324
Total Geral (2018 – 2021)	114	674

Raça/cor		
Pré-pandemia (2018-2019)		
	Frequência	%
1 - Branca	119	28
2 -Preta	68	16
3 -Amarela	0	-
4 - Parda	229	54
5 -Indigena	5	1.2

Pandemia (2020-2021)		
	Frequência	%
1 -Branca	82	22.4
2 -Preta	45	12.2
3 -Amarela	10	2.7
4 -Parda	229	62
5 -Indigena	0	-

O sexo das crianças e dos adolescentes vitimizados continuou sendo prevalentemente o feminino, tanto anteriormente (350 casos, 82%), quanto no período da

pandemia (324 casos, 88%). Bem como no critério raça/cor, a maioria dos casos notificados continuou sendo de pardos, brancos e pretos. Dessa maneira, antes do contexto pandêmico, pardos, brancos e pretos somavam, respectivamente: 229, 119 e 68 notificações (54%, 28% e 16%); bem como, durante tal contexto, totalizaram, nessa ordem: 229, 82 e 45 casos (62%, 22,4% e 12,2%). Assim, nos períodos antes da pandemia e durante a pandemia, o perfil predominante de vítimas se manteve como o de meninas pardas sem deficiência/transtorno.

Perfil dos prováveis autores dos casos de violência sexual envolvendo crianças e adolescentes

O perfil do sexo e do vínculo/grau de parentesco do provável agressor com a criança ou adolescente, divididos entre o período pré-pandemia (2018- 2019) e pandemia (2020-2021), é ilustrado na Tabela 3 a seguir.

Tabela 3

Perfil do sexo e vínculo/grau de parentesco do provável agressor.

Sexo agressor	Pré-pandemia		Pandemia	
	Frequência	%	Frequência	%
Masculino	374	88.6	337	92
Feminino	10	2.3	9	2.4
Ambos os sexos	6	1.4	4	1.1
Ignorado	32	7.5	16	4.3
Total	422	100	366	100

Vínculo com agressor	Pré-pandemia		Pandemia	
	Frequência	%	Frequência	%
Pai	39	9,24	32	8,74
Ex-cônjuge	0	0	1	0,2
Amigo ou conhecido	102	24	77	21,03

Mãe	4	0,94	5	1,36
Namorado	39	9,24	61	16,66
Desconhecido	32	7,58	23	6,28
Padrasto	51	12,08	30	8,20
Ex-namorado	4	0,94	8	2,18
Cuidador	3	0,71	0	0,00
Patrão	0	0,00	1	0,27
Cônjuge	3	0,71	3	0,82
Irmão	21	4,97	11	3,00
Relação institucional	1	0,23	0	0,00
Outros	98	23,22	97	26,50

No que se refere ao sexo do provável autor da agressão, quando realizada a comparação entre os momentos antes da pandemia (2018-2019) e durante a pandemia de COVID-19 (2020-2021), observou-se que o sexo dos supostos autores das agressões permaneceu sendo notadamente o masculino, tanto anteriormente ao momento pandêmico (374 casos, 88,6%), como no decorrer da pandemia (337 casos, 92%).

Em se tratando do vínculo/grau de parentesco do suposto agressor com a criança e/ou adolescente, no contexto pandêmico, os destaques continuaram sendo para amigos/conhecidos (102 registros, 24% antes da pandemia; e 77 registros, 21,03% no íterim da pandemia), bem como para outros tipos de vínculos e graus de parentesco (98 notificações, 23,22% antes da pandemia; e 97 notificações, 26,50% no íterim da pandemia).

A tabela 4 apresenta o perfil quanto ao ciclo de vida do provável autor da violência, bem como sobre a suspeita de uso de álcool por parte do suposto autor no momento da agressão.

Tabela 4

Perfil do ciclo de vida e uso de álcool dos supostos agressores.

Ciclo de vida	Pré-pandemia	Pandemia
---------------	--------------	----------

	Frequência	%	Frequência	%
Criança	14	3.31	7	1.91
Adolescente	79	18.72	85	23.22
Jovem	31	7.36	29	7.92
Adulto	170	40.28	132	36.06
Pessoa Idosa	17	4.02	17	4.64
Ignorado	111	26.30	96	26.23
Total	422	100.00	366	100.00

Uso de álcool	Pré-pandemia		Pandemia	
	Frequência	%	Frequência	%
Sim	43	10.19	32	8.74
Não	177	41.94	199	54.37
Ignorado	202	47.86	134	36.61
Ausentes	0	0.00	1	0.27
Total	422	100.00	366	100.00

Em se tratando do ciclo de vida do possível violentador, manteve-se a faixa etária adulta (25 a 59 anos) como preponderante, nos dois momentos considerados (2018-2019 e 2020-2021). Dessa forma, previamente à pandemia, a taxa de prováveis violentadores adultos (25 a 59 anos) foi de 40,28% (170 registros), bem como a de adolescentes (idade entre 10 a 19 anos) foi de 18,72% (79 registros). Já durante o momento pandêmico, a taxa de possíveis agressores adultos (25 a 59 anos) foi de 36,06% (132 ocorrências) e a de adolescentes (idade entre 10 a 19 anos) foi de 23,22% (85 ocorrências). Acrescenta-se que, ainda no que se refere ao ciclo de vida dos possíveis violentadores, nos dois momentos analisados (2018-2019 e 2020-2021), o índice de “ignorados” se manteve em cerca de 26% (111 e 96 notificações, respectivamente).

Quando realizada a comparação entre os momentos antes da pandemia (2018-2019) e durante a pandemia de COVID-19 (2020-2021), verificou-se que, na pré-pandemia, o percentual de possíveis abusadores que teriam usado álcool foi de 10,19% (43 notificações), sendo tal índice de 8,74% (32 notificações) ao longo da pandemia.

Ainda sobre tal item, a taxa de “ignorado” foi de 47,86% (202 registros) antes da pandemia e de 36,61% (134 registros) na vigência da pandemia.

Aspectos das ocorrências de violência sexual envolvendo crianças e adolescentes

A Tabela 5 apresenta informações sobre os tipos de violência sexual envolvendo crianças e adolescentes e sobre a reincidência dos casos de violência sexual infantojuvenil, divididas entre o período pré-pandemia (2018- 2019) e pandemia (2020-2021).

Tabela 5

Tipos de violência sexual e Reincidência dos casos.

Assédio	Pré-pandemia		Pandemia	
	Frequência	%	Frequência	%
Sim	21	4.97	4	1.09
Não	400	94.78	354	96.72
Não se aplica	0	0.00	8	2.18
Ignorado	1	0.23	0	0.00
Total	422	100.00	366	100.00
Estupro	Pré-pandemia		Pandemia	
	Frequência	%	Frequência	%
Sim	384	90.99	342	93.44
Não	37	8.76	20	5.46
Não se aplica	0	0.00	3	0.82
Ignorado	1	0.23	1	0.27
Total	422	100.00	366	100.00
Pornografia	Pré-pandemia		Pandemia	
	Frequência	%	Frequência	%
Sim	3	0.71	1	0.27

Não	417	98.81	356	97.26
Não se aplica	0	0.00	9	2.45
Ignorado	1	0.23	0	0.00
Missing	1	0.23	0	0.00
Total	422	100.00	366	100.00
	Pré-pandemia		Pandemia	
Exploração	Frequência		Frequência	
	%		%	
Sim	8	1.89	7	1.91
Não	413	97.86	348	95.08
Não se aplica	0	0.00	10	2.73
Ignorado	1	0.23	1	0.27
Total	422	100.00	366	100.00
	Pré-pandemia		Pandemia	
Outros	Frequência		Frequência	
	%		%	
Sim	13	3.08	14	3.82
Não	407	96.44	340	92.89
Não se aplica	1	0.23	8	2.18
Ignorado	1	0.23	4	1.09
Total	422	100.00	366	100.00
	Pré-pandemia		Pandemia	
Reincidência	Frequência		Frequência	
	%		%	
Sim	200	47.39	232	63.38
Não	150	35.54	85	23.22
Ignorado	72	17.06	49	13.38

Total	422	100.00	366	100.00
-------	-----	--------	-----	--------

Ao ser realizada a comparação entre os momentos antes da pandemia (2018-2019) e durante a pandemia de COVID-19 (2020-2021), foi possível verificar que, em se tratando do tipo de violência sexual, enfatizou-se o estupro como o tipo mais recorrente tanto previamente (384 registros, 90,99% dos casos), como ao longo da pandemia (342 registros, 93,44% dos casos).

Salienta-se que, embora a situação da violência sexual tenha ocorrido outras vezes em todo o período analisado (2018-2021), no contexto pandêmico essa recorrência do fato ficou mais intensa. Assim, antes da pandemia (2018-2019), a violência sexual foi reiterada em 47,39% dos casos (200 notificações), já no momento da pandemia, esse índice de repetição aumentou para 63,38% (232 notificações).

Outros dois pontos de análise foram o local de ocorrência do evento abusivo, bem como os encaminhamentos realizados, sendo as incidências apresentadas na Tabela 6 a seguir, divididas entre o período pré-pandemia (2018-2019) e pandemia (2020-2021).

Tabela 6

Local de ocorrência e Encaminhamentos.

Local de ocorrência	Pré-pandemia		Pandemia	
	Frequência	%	Frequência	%
Comércio/serviço	2	0.47	0	0.00
Residência	296	70.14	319	87.15
Habitação Coletiva	0	0.00	1	0.27
Escola	22	5.21	7	1.91
Local esportivo	0	0.00	1	0.27
Escola	1	0.23	0	0.00
Bar ou similar	2	0.47	0	0.00
Via pública	24	5.68	13	3.55
Comércio/serviço	4	0.94	2	0.54

Outro	17	4.02	22	6.01
Ignorado	54	12.79	0	0.00
Total	422	100.00	366	100.00

Encaminhamento	Pré-pandemia		Pandemia	
	Frequência	%	Freq.	%
Rede de saúde	248	58,76	318	86,90
Assistência	137	32,40	82	22,40
Rede de Educação	31	7,30	13	3,55
Atendim. Mulher	6	1	4	1,10
Conselho tutelar	239	56	169	46,17
Centro de Referência DH	4	0,95	0	0
Ministério Público	3	0,71	4	1,00
DPCA	73	17,00	62	17,00
Delegacia da Mulher	12	2,80	5	1,36
Outras delegacias	9	2,11	9	2,45
Justiça (inf.& juv.)	4	0,94	9	2,45
Defensoria Pública	4	0,94	4	1,00

No aspecto local de ocorrência da situação abusiva, verificou-se que a residência continuou sendo o local prevalente do evento abusivo, entretanto isso ficou ainda mais evidente no contexto da pandemia. Dessa forma, entre 2018 e 2019, esse percentual era de 70,14% (296 casos), já entre 2020 e 2021, a violência sexual ocorreu em local residencial em aproximadamente 319 casos (87,15%).

Sobre os encaminhamentos realizados aos casos, tanto contemporânea, como anteriormente à pandemia, a rede de saúde foi local de destaque. Entretanto, em contexto pandêmico, os encaminhamentos para a rede de saúde ganharam ainda mais notoriedade.

Dessa forma, na pré-pandemia, a taxa de encaminhamentos para a rede de saúde foi de 58,76% (248 registros), já na pandemia tal taxa aumentou para 86,90% (318 registros).

Discussão

Nos quatro anos considerados neste estudo (2018-2021), os resultados apontaram um total de 788 notificações de casos de violência sexual contra crianças e adolescentes, sendo que houve uma queda de 13% nas notificações durante a pandemia (2020-2021). A realidade pandêmica afetou o funcionamento de instituições cruciais na identificação e no acolhimento de casos de crianças e adolescentes vitimizados sexualmente. Escolas foram fechadas e serviços de saúde precisaram focar a atenção nos casos de COVID-19 (Ministério da Saúde, 2023). A restrição ao âmbito residencial enfraqueceu a circulação do vírus, mas pode ter potencializado a vulnerabilidade infantojuvenil, já que é na residência onde ocorrem a maior parte das situações de violência sexual, conforme também apresentado nesta pesquisa. A dificuldade de acesso a uma possível rede de apoio fora do ambiente doméstico pode ter agravado as subnotificações.

O fenômeno das subnotificações, embora agravado na pandemia de COVID-19, já era uma realidade mesmo antes disso e está ligado aos fatores envoltos na própria dinâmica complexa da violência. A subnotificação de situações de violência infantojuvenil também pode ser agravada por fatores externos, como a falta de capacitação profissional para identificação de casos, a ausência de conhecimento sobre a compulsoriedade da notificação, o medo de exposição por parte dos profissionais e a banalização da violência (Macedo et al., 2019). Outros entraves estão relacionados à administração governamental e à gestão de políticas públicas, destacando-se na realidade nacional falhas na integração entre diferentes fontes de notificação: saúde, educação, segurança pública, assistência social e justiça, que repercute também na efetivação de estratégias de cuidado em rede a esse público (Macedo et al., 2019).

A notificação é uma dimensão da linha de cuidado para atenção integral à saúde de crianças, adolescentes e suas famílias em situação de violência, que fortalece o acolhimento, o atendimento, os cuidados profiláticos, o tratamento, o seguimento na rede de cuidado e a proteção social, além de ações de vigilância, prevenção das violências e

promoção da saúde e da cultura da paz. Conhecer a extensão dos casos de crianças e adolescentes em situação de vitimização sexual possibilita conclusões mais adequadas sobre o fenômeno e fortalece as políticas públicas no enfrentamento da violência sexual infantojuvenil (Miranda et al., 2020). Dessa forma, notificar os casos de violência permite maior visibilidade ao fenômeno, proporcionando o levantamento de indicadores que promovam a articulação entre diferentes atores e setores envolvidos na rede de cuidado (Miranda et al., 2020). Assim, para além de gerar dados epidemiológicos, a notificação pode contribuir na orientação e na qualificação do cuidado, permitindo a análise de possibilidades de intervenção e de encaminhamentos dos casos (Melo et al., 2022).

Imperioso acrescentar que, nesta pesquisa, constatou-se que a redução dos casos durante o momento pandêmico foi mais evidente na faixa etária de zero a nove anos. Por outro lado, a notificação na faixa etária de 10 a 19 anos aumentou no biênio 2020-2021. Em relação ao fato de a queda das notificações ter sido mais intensa na faixa etária das crianças, quando comparadas aos adolescentes, é possível inferir uma dupla vulnerabilidade desse público. Conforme Conceição et al (2022), os casos de crianças na primeira e na segunda infância são menos notificados e denunciados. Crianças podem ainda não compreender a natureza inadequada e abusiva da situação, muitas vezes colocada pelo abusador como uma brincadeira ou uma demonstração de afeto (Rovinski & Pelisoli, 2019). Além disso, crianças pequenas e pré-escolares têm menos vocabulário e capacidade de codificação e armazenamento de informações, o que pode dificultar a revelação de uma situação abusiva (Rovinski & Pelisoli, 2019).

Paralelamente a isso, adolescentes estariam em posterior estágio de desenvolvimento, mais aptos para o discernimento do caráter inapropriado de uma aproximação abusiva e, com isso, teriam maior capacidade de comunicar uma possível violência (Hohendorff et al., 2012). Além disso, por vezes, há a acusação da vítima, aliada a uma dificuldade de discernimento entre violência e consentimento por parte da sociedade em geral, incluindo pessoas próximas e profissionais que lidam com a adolescência (Brosegini & Iglesias, 2020).

No que corresponde ao predomínio de vítimas do sexo feminino, Teixeira et al (2019) retrataram que a incidência da violência sexual em grupos historicamente vulneráveis é espelho da cultura patriarcal e da violência de gênero. Para Brasileiro e Fonseca (2023), tende-se a colocar o homem em posição de poder e domínio e naturalizar

o sexo feminino como expoente do estupro, responsabilizando-se as mulheres pelos mais diversos abusos de que são vítimas. Ainda no teor da discussão sobre o gênero, Hohendorff et al (2012) discorreram sobre a dificuldade de pessoas do sexo masculino em comunicar vivências de violência sexual, devido à banalização e a estereótipos de masculinidade. Assim, meninos e homens tendem a sentir vergonha e medo das reações de pessoas próximas com a revelação. Além disso, podem não entender o teor violento e criminoso do abuso, considerando como comportamentos de iniciação sexual. De qualquer forma, ainda que em menor prevalência numérica, a violência sexual masculina acontece e precisa de estratégias preventivas e terapêuticas (Hohendorff et al., 2012).

No que diz respeito à maior incidência de crianças e adolescentes de raça/cor parda, a violência sexual é vista como um fenômeno com raízes sociais e culturais, marcado por desigualdades étnico-raciais e pelo racismo estrutural (Da Conceição, 2019). Historicamente, a população negra tem sido violentada em seus direitos, o que torna essa parcela da população mais vulnerável a esse tipo de violência (Da Conceição, 2019).

Além das disparidades étnico-raciais, é crucial examinar a interseção entre deficiência e violência sexual infantojuvenil. Assim, na contramão da baixa incidência relativa à presença de deficiência/transtorno, Dupont et al (2021) trouxeram que crianças e adolescentes com deficiências apresentam maior risco de sofrerem violências interpessoais que a população geral, incluindo a violência sexual. De acordo com os autores, a dinâmica da violência sexual contra crianças e adolescentes com deficiência possui singularidades. Por exemplo, muitos dependem de outras pessoas para atividades diárias íntimas, como cuidados de higiene pessoal, e podem não conseguir diferenciar contatos físicos de cuidado e toques inadequados e sexualizados.

Enfim, dimensões de raça/cor, deficiência e gênero, bem como o próprio contexto pandêmico, foram analisados separadamente neste estudo, contudo tais características podem se sobrepor, maximizando desigualdades e vulnerabilidades. Dessa maneira, como afirmado por Melo et al (2022), embora o sexo feminino esteja mais sujeito a diferentes formas de violências, as vulnerabilidades para a violência sexual tendem a ser potencializadas em mulheres com deficiência, pretas e pardas.

Sobre a suspeita de uso de álcool por parte do provável agressor, verificou-se que tanto na pré-pandemia, como ao longo da pandemia, tal suspeita foi principalmente

negativa, destacando-se também o índice de ignorados nesse quesito (quando o notificador não possuía informações sobre a variável em pauta).

A suspeita de uso de álcool por parte do provável agressor foi destacada em um estudo que analisou a prevalência e os fatores associados à violência sexual contra crianças e adolescentes no município de Petrolina/Pernambuco. Embora o consumo de bebida alcoólica não tenha sido frequente entre os 1.232 casos investigados, essa variável esteve associada a uma maior ocorrência de violência sexual (Miranda et al., 2020). De maneira similar, Marin e Baltieri (2013) evidenciaram que agressores sexuais apresentam índices mais elevados de abuso de álcool em comparação com indivíduos sentenciados por crimes violentos não sexuais.

A faixa etária adulta (de 25 a 59 anos) permaneceu predominante entre os possíveis agressores em ambos os períodos considerados (2018-2019 e 2020-2021). Essa constatação evidencia os impactos do adultocentrismo, que diminui a visão das crianças como sujeitos de direitos, objetificando-as e tornando seu discurso menos legítimo (Morais et al., 2007). Custódio e Lima (2023) definiram o adultocentrismo como a tendência na qual os adultos se consideram superiores, mais importantes do que as crianças e adolescentes, frequentemente menosprezando-os. Para esses autores, entre as diversas causas da violência sexual contra crianças e adolescentes, destacam-se a coisificação da infância e o adultocentrismo.

Parte da literatura aponta pais e padrastos como os agressores numericamente mais expressivos (Brasil, 2020; Temer, 2023; Habigzang et al., 2011; Serafim et al., 2011; Baía et al., 2013), entretanto a proeminência neste trabalho foi de amigos, conhecidos e de outros tipos de vínculos e graus de parentesco. De qualquer forma, observa-se, de maneira geral, que o suposto autor do abuso, comumente, não é um total estranho, sendo habitualmente alguém conhecido, com quem a criança ou adolescente possui algum tipo de proximidade ou relação familiar.

O presente trabalho teve também como objetivo analisar aspectos das ocorrências de violência sexual envolvendo crianças e adolescentes. Nos casos de crianças e adolescente vitimizados sexualmente, a repetição do evento foi comum, ilustrando uma violência crônica, não sendo, então, um evento único e isolado. Essa informação vai ao encontro de achados de outros trabalhos (Platt et al., 2023; Ministério da Saúde, 2023). Além da violência sexual de repetição e do vínculo entre autor e vítima, outro dado parece

corroborar o caráter doméstico e de proximidade na violência sexual infantojuvenil: o da residência como local de destaque da ocorrência abusiva, resultado também encontrado em outros estudos (Ministério da Saúde, 2023; Kataguirí et al., 2019; Teixeira et al., 2019). Reforçando-se que, na pandemia, o estar em casa foi ainda mais intenso, aumentando a vulnerabilidade desse público para as violências em geral.

O indicador do caráter crônico da violência parece mostrar o não afastamento imediato do autor da vítima e a manutenção do segredo, após o evento abusivo. Alguns fatores podem ser citados para embasar a dificuldade de quebra do ciclo da violência e sua manutenção: a relação de proximidade entre vítima e agressor, a dinâmica complexa da violência sexual, bem como dificultadores no processo de revelação.

Habigzang et al (2008) argumentaram que o suposto autor utiliza, exatamente, da relação de proximidade e de confiança para iniciar sutilmente a violência sexual, além desses autores comumente serem responsáveis economicamente pela família. Muitas vezes, por não saber prontamente o que significa o abuso, a vítima não conta a ninguém. Ainda que posteriormente a criança ou adolescente passe a entender o teor grave e ilícito do fato, outras estratégias podem ser utilizadas pelo abusador, como ameaças e barganhas, contribuindo para que o segredo se mantenha. Diante disso, pode haver uma inversão da culpabilidade, em que a própria vítima se sente responsável pelo abuso, acrescido de sentimentos como vergonha por não ter revelado antes, desamparo e medo em ser desacreditada (Habigzang et al., 2008; Baía et al., 2013). Inclusive, tal medo tem embasamento, pois é frequente que, mesmo ocorrendo a revelação sobre a situação de violência sexual, crianças e adolescentes sejam desacreditados por familiares não ofensores, ainda mais em se tratando de um agressor próximo e/ou conhecido da vítima, como apontado também nessa pesquisa (Baía et al., 2013).

Acerca dos encaminhamentos realizados aos casos, foi notável que, tanto contemporânea, como anteriormente à pandemia, a rede de saúde foi local de destaque. Entretanto, em contexto pandêmico, os encaminhamentos para a rede de saúde ganharam ainda mais notoriedade.

Sobre a importância da rede, enfatiza-se que há necessidade de participação e articulação de vários serviços para a garantia de um cuidado integral. É importante que o trabalho em rede no enfrentamento à violência sexual infantojuvenil envolva intervenções sociais, médicas, jurídicas, psicológicas e pedagógicas (CFP, 2020). Além disso, as trocas

e encaminhamentos entre serviços e profissionais não podem ser tratados como mera delegação de responsabilidade, mas no sentido de um compartilhamento de responsabilidades para um cuidado integral dessas crianças e adolescentes (Broseguini & Iglesias, 2020).

Considerações finais

Neste estudo foram reafirmadas algumas características comumente encontradas em casos de violência sexual na infância e adolescência, como vítimas predominantemente meninas e pardas, bem como agressores comumente homens com algum tipo de vínculo com tais vítimas. Além disso, foi corroborado o caráter corriqueiramente doméstico e residencial desse tipo de violência, assim como sua cronicidade. Isso posto, é evidente a importância desse tema e de políticas públicas intersectoriais e qualificadas, voltadas para as especificidades envolvidas na complexa dinâmica da violência sexual infantojuvenil.

Relativamente às limitações deste estudo, destacam-se possíveis falhas na qualidade das informações provenientes das fichas de notificação, como os consideráveis índices de respostas ignoradas em quesitos como o suposto uso de álcool pelos agressores. O preenchimento desses documentos é realizado por profissionais da rede de proteção, assim, as informações são passíveis de equívocos relacionados, por exemplo, ao não entendimento por parte desses trabalhadores de determinados conceitos presentes nas fichas. Além disso, os equívocos podem estar relacionados ao próprio discernimento cognitivo ou emocional da vítima ou de seu acompanhante no momento de ser atendido no serviço de apoio.

Assim, salienta-se a importância de ações de formação continuada para sensibilização e treinamento dos profissionais responsáveis pelo preenchimento das fichas de notificação. Compreender a abrangência dos casos de vitimização sexual envolvendo crianças e adolescentes proporciona conclusões mais apropriadas sobre o fenômeno, qualificando, assim, as políticas públicas destinadas ao combate da violência sexual infantojuvenil.

Uma sugestão para estudos futuros no campo da vitimização sexual infantojuvenil seria realizar uma comparação e análise separada dos casos envolvendo crianças e adolescentes. Isso se justifica pelas particularidades presentes em cada um desses grupos.

Por exemplo, crianças são mais propensas a não compreenderem completamente a natureza inadequada e abusiva da situação, enquanto adolescentes estão mais sujeitas à possibilidade de gravidez e até mesmo à sua interrupção legal. Essa diferenciação permitiria, assim, uma abordagem mais precisa e direcionada para as necessidades específicas de cada faixa etária.

Enfim, reafirma-se que a violência sexual envolvendo crianças e adolescentes é um grave problema de saúde pública, de segurança pública, de justiça. Quem vivencia uma situação desse teor pode sofrer com graves consequências comportamentais, cognitivas e emocionais, seja a curto ou longo prazo, ainda na vida adulta. Trata-se aqui de um tipo de violência silenciosa e subnotificada que, em muitos casos, não deixa marcas físicas ou vestígios palpáveis ou visíveis.

Referências

- Baía, P. A. D., Veloso, M. M. X., Magalhães, C. M. C., & Dell'Aglio, D. D. (2013). Caracterização da revelação do abuso sexual de crianças e adolescentes: negação, retratação e fatores associados. *Temas em Psicologia, 21*(1), 193-202. <https://dx.doi.org/10.9788/TP2013.1-14>
- Brasil. (2017). *Lei nº 13.431/2017, de 04 de abril de 2017*. Estabelece o sistema de garantia de direitos da criança e do adolescente vítima ou testemunha de violência e altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente). *Diário Oficial da União*.
- Brasil. Ministério da Saúde (MS). (2011). Portaria No 104, de 25 de Janeiro de 2011. *Diário Oficial da União*.
- Brasil. Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos. Equipe da Ouvidoria Nacional dos Direitos Humanos. (2020). *Disque Direitos Humanos: Relatório 2019*. Brasília.
- Brasileiro, T. da C., & Fonseca, P. N. da. (2023). Documentary study of reports of sexual violence against children and adolescents. *Psico-USF, 28*(2), 375–388. <https://doi.org/10.1590/1413-82712023280213>
- Broseguini, G. B., & Iglesias, A. (2020). Revisão integrativa sobre redes de cuidados aos

adolescentes em situação de violência sexual. *Ciência & Saúde Coletiva*, 25(12), 4991–5002. <https://doi.org/10.1590/1413-812320202512.19282018>

Conselho Federal de Psicologia, Conselhos Regionais de Psicologia e Centro de referência técnica em Psicologia e Políticas Públicas. (2020). *Referências técnicas para atuação de psicólogas(os) na rede de proteção às crianças e adolescentes em situação de violência sexual* (2a ed.). Brasília: CFP.

Conceição, M. M. da., Whitaker, M. C. O., Grimaldi, M. R. M., Silva, L. L. P. da., Silva, L. S. da., Oliveira, M. M. C., & Camargo, C. L. de. (2022). Child and adolescent victims of sexual violence: aspects of physical and emotional development. *Revista Brasileira de Enfermagem*, 75, e20200584. <https://doi.org/10.1590/0034-7167-2020-0584>

Custódio, A. V., & Lima, R. P. (2023). O contexto da violência sexual contra crianças e adolescentes. *Revista Direitos Sociais e Políticas Públicas (UNIFAFIBE)*. Disponível em: link. ISSN 2318-5732. Vol. 11, No. 2.

Da Conceição Sanches, L., de Araujo, G., Ramos, M., Rozin, L., & Rauli, P. M. F. (2019). Violência sexual infantil no Brasil: uma questão de saúde pública. *Revista Iberoamericana de Bioética*, (9), 1-13.

Dupont, M. F., Marques, S. S., Arnoud, T. C. J., & Habigzang, L. F. (2021). Promoção de resiliência e tratamento psicológico para crianças e adolescentes com deficiência vítimas de violência sexual. *Revista Subjetividades*, 21(3), 1-11. <https://dx.doi.org/10.5020/23590777.rs.v21i3.e11569>

Espírito Santo. (2020). Lei Nº 11.147, de 07 de julho de 2020. Define a obrigatoriedade de Notificação Compulsória dos eventos de violência de interesse do Sistema Único de Saúde - SUS à autoridade sanitária estadual, por todos os profissionais dos serviços de saúde, instituição de ensino e assistência social, de caráter público, privado ou filantrópico, em todo o território do Estado do Espírito Santo, e dá outras providências. *Diário Oficial do Estado do Espírito Santo*, 2020.

Habigzang, L. F., Ramos, M. da S., & Koller, S. H. (2011). A Revelação de Abuso Sexual: As Medidas Adotadas pela Rede de Apoio. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 27(4), 467–473. <https://doi.org/10.1590/S0102-37722011000400010>

Habigzang, L. F., et al. (2008). Avaliação psicológica em casos de abuso sexual na

infância e adolescência. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 21(2), 338-344. <https://doi.org/10.1590/S0102-79722008000200021>

Hohendorff, J. V., Habigzang, L. F., & Koller, S. H. (2012). Violência sexual contra meninos: dados epidemiológicos, características e consequências. *Psicologia USP*, 23(2), 395–416. <https://doi.org/10.1590/S0103-65642012005000007>

JASP Team (2024). JASP (Version 0.18.3)[Computer software]

Kataguirí, L. G., Scatena, L. M., Rodrigues, L. R., & Castro, S. de S. (2019). Characterization of sexual violence in a state from the southeast region of Brazil. *Texto & Contexto - Enfermagem*, 28, e20180183. <https://doi.org/10.1590/1980-265X-TCE-2018-0183>

Levandowski, M. L., Stahnke, D. N., Munhoz, T. N., Von Hohendorff, J., & Salvador-Silva, R. (2021). Impacto do distanciamento social nas notificações de violência contra crianças e adolescentes no Rio Grande do Sul, Brasil. *Cadernos de Saúde Pública*, 37(1). <https://doi.org/10.1590/0102-311X00140020>

Macedo, D. M., Foschiera, N. L., Bordini, T. C. P. M., Habigzang, F. L., & Koller, S. H. (2019). Revisão sistemática de estudos sobre registros de violência contra crianças e adolescentes no Brasil. *Ciência & Saúde Coletiva*, 24(2), 487–496. <https://doi.org/10.1590/1413-81232018242.34132016>

Marin, M. C. D., & Baltieri, D. A. (2013). Crimes sexuais e suas particularidades na avaliação de risco e no cumprimento da medida de segurança. In D. A. Baltieri (Ed.), *Medida de segurança: uma questão de saúde e ética* (pp. 157-178). São Paulo: Conselho Regional de Medicina do Estado de São Paulo.

Melo, C. M. de, Soares, M. Q., & Bevilacqua, P. D. (2022). Violência sexual: avaliação dos casos e da atenção às mulheres em unidades de saúde especializadas e não especializadas. *Ciência & Saúde Coletiva*, 27(9), 3715–3728. <https://doi.org/10.1590/1413-81232022279.07242022>

Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde e Ambiente (2023). *Boletim epidemiológico, Volume 54 - Notificações de Violência Sexual contra crianças e adolescentes no Brasil, 2015 a 2021*. Recuperado de <https://www.gov.br/saude/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/boletins/epidemiologicos/edicoes/2023/boletim->

epidemiologico-volume-54-no-08

- Miranda, M. H. H., Cavalcante, F. E., Fernandes, V., Alves De Melo, R., Meireles, R. C., Figueira, F., & Malan, D. (2020). Violência sexual contra crianças e adolescentes: uma análise da prevalência e fatores associados. *Revista Da Escola de Enfermagem Da USP*, 54. <https://doi.org/10.1590/S1980-220X2019013303633>
- Miranda, L. L., de Aguiar, M. M., Scarpi, M. E., Correa, H. R. D., de Oliveira, L., da Silva, R. S., & dos Santos, T. C. (2022). Violência contra crianças e adolescentes em tempos de pandemia: revisão integrativa da literatura. *Research, Society and Development*, 11(12), e435111234683-e435111234683.
- Morais, N. A. de, Cerqueira-Santos, E., Moura, A. da S., Vaz, M., & Koller, S. (2007). Exploração sexual comercial de crianças e adolescentes: um estudo com caminhoneiros brasileiros. *Psicologia: Teoria E Pesquisa*, 23(3), 263–271. <https://doi.org/10.1590/S0102-37722007000300004>
- Núcleo de Prevenção da Violência e Promoção da Saúde – NUPREVI. (2022). Vigilância da violência sexual: Estratégia de garantia de direitos de crianças e adolescentes Vitória/ES. PMV/SEMUS/NUPREVI.
- Platt, V. B., Guedert, J. M. G., & Coelho, E. B. S. (2020). Violência Contra Crianças e Adolescentes: notificações e alerta em tempos de pandemia. *Rev Paul Pediatr.*, 1–7. <https://www.scielo.br/j/rpp/a/Ghh9Sq55dJsrg6tsJsHCfTG/?format=pdf&lang=pt>
- Platt, V. B., Coelho, E. S. B., Bolsoni, C., Honicky, M., Bordin, G. P., & Camargo, M. A. V. de .. (2023). Sexual violence against children in the state of Santa Catarina, Brazil: characteristics and factors related to repetitive violence. *Revista Paulista De Pediatria*, 41, e2022069. <https://doi.org/10.1590/1984-0462/2023/41/2022069>
- Rovinski, S. L. R., & Pelisoli, C. da L. (2019). *Violência sexual contra crianças e adolescentes: testemunho e avaliação psicológica* (VETOR (ed.); 1st ed.).
- Serafim, A. de P., Saffi, F., Achá, M. F. F., & de Barros, D. M. (2011). Dados demográficos, psicológicos e comportamentais de crianças e adolescentes vítimas de abuso sexual. *Archives of Clinical Psychiatry (São Paulo)*, 38(4), 143–147. <https://doi.org/10.1590/S0101-60832011000400006>

Teixeira, E. C., Leite, A. P. L., dos Santos, W. H. M., Chaves, J. H. B., Duarte, I. D. A. C., & Cavalcante, J. C. (2019). Características dos casos de violência sexual ocorridos em Alagoas entre 2007-2016. *O Mundo da Saúde*, 43(4), 834-853.

Temer, L. (2023). Violência sexual infantil: aumentaram os casos ou as denúncias? In *17º Anuário Brasileiro de Segurança Pública* (pp. 204-212). São Paulo: FBSP. Link para o Anuário

UNA-SUS/UFSC. (2013). *Saúde da criança: medicina*. Florianópolis: UNA-SUS/UFSC. Centro de Ciências da Saúde. Curso de Especialização em Saúde da Família - Modalidade a Distância. 143 p.